

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO.....	14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	17
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	19
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	20
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	21
12. INVESTIMENTOS.....	26
13. IMOBILIZADO.....	35
14. INTANGÍVEIS.....	38
15. FORNECEDORES.....	39
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	39
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	39
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	43
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	43
20. PROVISÕES.....	44
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	51
22. RECEITA.....	52
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	54
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	56
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	57
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	60
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	70
28. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	74
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	76
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	77
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	84

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DEZEMBRO DE 2017

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	150.188	403.339	123.136	366.169
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	195.202	520.963	77.684	397.734
Consumidores e Revendedores	7	857.645	850.487	740.344	763.187
Concessionários - Transporte de Energia	7	103.884	89.153	103.980	89.249
Tributos Compensáveis	8	29.714	30.840	28.903	30.064
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9a	104.498	138.435	104.498	138.435
Ativo Financeiro da Concessão	11	665.867	689.353	430.023	456.101
Adiantamento a Fornecedores		107.657	98.914	74.029	69.914
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		17.164	16.681	17.164	16.681
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		8.231	-	8.231	-
Outros Créditos		105.590	135.907	108.790	139.237
TOTAL DO CIRCULANTE		2.345.640	2.974.072	1.816.782	2.466.771
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	4.434	14.659	1.764	11.191
Tributos Compensáveis	8	7.073	8.272	7.073	8.272
Depósitos Vinculados a Litígios	10	313.870	309.994	313.870	309.994
Valores a receber de Partes Relacionadas	25	360.043	351.709	362.674	357.549
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		32.977	35.060	32.977	35.060
Adiantamento a Fornecedores		47.072	5.084	47.072	2.061
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	26	64.504	8.649	64.504	8.649
Outros Créditos		71.562	59.886	71.544	59.875
Ativo Financeiro da Concessão	11	6.009.299	6.024.377	3.887.324	3.920.494
Investimentos	12	4.760.661	4.723.336	7.361.454	7.209.862
Imobilizado	13	2.131.576	2.162.890	2.123.896	2.155.847
Intangíveis	14	32.361	32.640	32.361	32.640
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.835.432	13.736.556	14.306.513	14.111.494
TOTAL DO ATIVO		16.181.072	16.710.628	16.123.295	16.578.265

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DEZEMBRO DE 2017

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	307.523	153.991	307.523	153.991
Debêntures	17	1.546.389	1.453.430	1.550.812	1.456.365
Fornecedores	15	316.584	472.043	302.354	454.512
Imposto de Renda e Contribuição Social		33.063	99.832	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16	55.312	133.666	47.264	126.038
Encargos Regulatórios	18	149.395	151.532	147.508	149.698
Obrigações Pós-Emprego	19	54.713	52.395	54.713	52.395
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		364.230	564.230	364.230	564.230
Salários e Encargos Sociais		44.119	48.547	44.119	48.547
Adiantamento de Clientes	7	139.362	190.758	139.362	190.758
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	26	497	12.596	497	12.596
Outras Obrigações		37.770	59.230	37.644	54.734
TOTAL DO CIRCULANTE		3.048.957	3.392.250	2.996.026	3.263.864
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	3.937.085	3.977.975	3.937.085	3.977.975
Debêntures	17	2.344.166	2.734.767	2.344.166	2.734.767
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	424.803	416.446	424.499	416.305
Impostos, Taxas e Contribuições	16	3.905	3.830	3.905	3.830
Encargos Regulatórios	18	84.040	84.557	79.518	80.737
Obrigações Pós-Emprego	19	855.646	852.136	855.646	852.136
Provisões	20	99.249	96.310	99.233	96.294
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		7.183	28.515	7.183	28.515
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	26	316.050	311.593	316.050	311.593
Outras Obrigações		18.878	18.417	18.874	18.417
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		8.091.005	8.524.546	8.086.159	8.520.569
TOTAL DO PASSIVO		11.139.962	11.916.796	11.082.185	11.784.433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		1.837.710	1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.702.600	2.702.600	2.702.600	2.702.600
Ajustes de Avaliação Patrimonial		150.054	153.522	150.054	153.522
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		100.000	100.000	100.000	100.000
Lucros Acumulados		250.746	-	250.746	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.041.110	4.793.832	5.041.110	4.793.832
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.181.072	16.710.628	16.123.295	16.578.265

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
RECEITA	22	1.562.484	1.674.283	1.389.384	1.517.693
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(69.642)	(81.936)	(61.774)	(74.377)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(795.414)	(734.282)	(785.966)	(731.804)
		(865.056)	(816.218)	(847.740)	(806.181)
CUSTO	23				
Pessoal e Administradores		(60.494)	(66.164)	(55.471)	(63.181)
Materiais		(956)	(1.589)	(598)	(1.198)
Serviços de Terceiros		(10.325)	(11.094)	(8.356)	(8.879)
Depreciação e Amortização		(35.195)	(39.788)	(35.154)	(39.780)
Provisões Operacionais, líquidas		(3.956)	(8.631)	(3.956)	(8.631)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(1.063)	(2.920)	(1.063)	(2.920)
Outros Custos Operacionais		(40)	(8.225)	168	(7.332)
		(112.029)	(138.411)	(104.430)	(131.921)
CUSTO TOTAL		(977.085)	(954.629)	(952.170)	(938.102)
LUCRO BRUTO		585.399	719.654	437.214	579.591
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com vendas	23	(133)	-	(133)	-
Despesas Gerais e Administrativas		(47.062)	(50.486)	(47.009)	(50.486)
Outras Despesas Operacionais		(31.132)	(75.411)	(30.934)	(75.323)
		(78.327)	(125.897)	(78.076)	(125.809)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(31.230)	(25.224)	83.037	85.731
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		475.842	568.533	442.175	539.513
Receitas Financeiras	24	132.644	44.578	126.749	36.300
Despesas Financeiras	24	(237.703)	(339.892)	(236.208)	(339.828)
Resultado antes dos Impostos		370.783	273.219	332.716	235.985
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	9c	(115.148)	(94.314)	(77.244)	(57.619)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9c	(8.357)	6.085	(8.194)	6.624
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		247.278	184.990	247.278	184.990
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária – R\$	21	0,0854	0,0639	0,0854	0,0639

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	247.278	184.990	247.278	184.990
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	16.207	-	16.207
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	247.278	201.197	247.278	201.197
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	247.278	201.197	247.278	201.197

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.837.710	-	2.474.659	270.825	-	4.583.194
Lucro líquido do período	-	-	-	-	184.990	184.990
Outros resultados abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	-	16.207	-	16.207
Resultado abrangente do período	-	-	-	16.207	184.990	201.197
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	-	-	100.000
Constituição de Reservas						
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	889	-	(889)	-
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(6.284)	6.284	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017	1.837.710	100.000	2.475.548	280.748	190.385	4.884.391
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.702.600	153.522	-	4.793.832
Lucro líquido do período	-	-	-	-	247.278	247.278
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	247.278	247.278
Realização de Reservas						
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(3.468)	3.468	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	1.837.710	100.000	2.702.600	150.054	250.746	5.041.110

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		247.278	184.990	247.278	184.990
Ajustes por:					
Depreciação e Amortização	23	36.549	41.174	36.508	41.166
Baixas de valor residual líquido de Imobilizado, Intangível e Ativos financeiros da concessão		-	6.758	-	6.685
Equivalência Patrimonial	12	31.230	25.224	(83.037)	(85.731)
Juros e Variações Monetárias		50.564	152.186	138.478	231.692
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	6.210	8.862	6.210	8.862
Imposto de Renda e Contribuição Social	9c	123.505	88.229	85.438	50.995
Provisões para Perdas Operacionais, líquidas	23	4.542	8.630	4.542	8.630
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	24	(97.517)	-	(97.517)	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	26	4.457	46.936	4.457	46.936
Obrigações Pós-Emprego	19	21.938	24.448	21.938	24.448
		<u>428.756</u>	<u>587.437</u>	<u>364.295</u>	<u>518.673</u>
(Aumento) Redução de Ativos					
Consumidores e Revendedores		(7.291)	(98.858)	22.710	(74.355)
Tributos Compensáveis		2.325	(973)	2.360	(854)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar		15.668	27.176	(4.363)	27.176
Transporte de Energia		(14.731)	(15.639)	(14.731)	(15.692)
Depósitos vinculados a litígios		(1.525)	(2.778)	(1.525)	(2.778)
Dividendos Recebidos		34.230	-	34.230	-
Ativos Financeiros da Concessão		190.403	56.940	129.261	1.325
Adiantamento a Fornecedores		(46.550)	696	(46.550)	696
Outros		2.449	45.205	1.312	53.243
		<u>174.978</u>	<u>11.769</u>	<u>122.704</u>	<u>(11.239)</u>
Aumento (Redução) de Passivos					
Fornecedores		(155.459)	(16.383)	(152.158)	(18.024)
Impostos, Taxas e Contribuições		(50.325)	(54.736)	(50.745)	(58.662)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(27.200)	-	(26.531)
Salários e Contribuições Sociais		(4.428)	(3.608)	(4.428)	(3.605)
Encargos Regulatórios		(2.654)	12.748	(3.409)	12.957
Obrigações Pós-Emprego		(16.110)	(13.659)	(16.110)	(13.659)
Adiantamento de Clientes		(54.240)	109.487	(54.240)	109.487
Outros		(22.015)	(11.133)	(17.649)	(9.820)
		<u>(305.231)</u>	<u>(4.484)</u>	<u>(298.739)</u>	<u>(7.857)</u>
Caixa Gerado nas Operações		<u>298.503</u>	<u>594.722</u>	<u>188.260</u>	<u>499.577</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(190.857)	(40.607)	(66.153)	(31.088)
Juros Pagos	17	(127.739)	(261.313)	(127.739)	(261.313)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(20.093)</u>	<u>292.802</u>	<u>(5.632)</u>	<u>207.176</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em Investimentos - Aporte	12b	(82.309)	(162.191)	(82.309)	(162.191)
No Imobilizado	13	(4.112)	(3.525)	(3.434)	(3.423)
No Intangível	14	(844)	(11)	(844)	(11)
Em Títulos e Valores Mobiliários		341.045	98.524	336.024	160.707
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>253.780</u>	<u>(67.203)</u>	<u>249.437</u>	<u>(4.918)</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos		(200.000)	-	(200.000)	-
Pagamentos de Empréstimos	17	(286.838)	(482.729)	(286.838)	(482.729)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21	-	100.000	-	100.000
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(486.838)	(382.729)	(486.838)	(382.729)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	403.339	427.827	366.169	361.252
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	150.188	270.697	123.136	180.781

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora					
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017				
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	1.809.022	1.927.656	1.687.971	1.827.020				
Receita de Construção	1.063	2.920	1.063	2.920				
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	81.827	79.506	-	-				
Investimentos em Imobilizado	18.527	3.424	18.527	3.424				
Receita de Indenização da Transmissão	49.841	65.830	49.841	65.830				
Receita de Indenização de Geração	17.245	-	17.245	-				
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(133)	-	(133)	-				
Outras receitas (despesas)	(230)	-	(230)	-				
	1.977.162	2.079.336	1.774.284	1.899.194				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(869.600)	(802.318)	(859.337)	(799.587)				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(76.378)	(89.526)	(67.795)	(81.353)				
Serviços de Terceiros	(28.657)	(27.889)	(26.686)	(25.672)				
Materiais	(18.512)	(7.617)	(18.154)	(7.226)				
Concessão Onerosa	(778)	(752)	(778)	(752)				
Outros Custos Operacionais	(15.008)	(67.872)	(14.812)	(67.102)				
	(1.008.933)	(995.974)	(987.562)	(981.692)				
VALOR ADICIONADO BRUTO	968.229	1.083.362	786.722	917.502				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(36.549)	(41.174)	(36.508)	(41.166)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	931.680	1.042.188	750.214	876.336				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(31.230)	(25.224)	83.037	85.731				
Receitas Financeiras	132.644	44.578	126.749	36.300				
	101.414	19.354	209.786	122.031				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.033.094	1.061.542	960.000	998.367				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	91.784	8,88	104.235	9,82	87.016	9,07	101.252	10,14
Remuneração direta	61.980	6,00	70.088	6,60	57.572	6,00	67.105	6,72
Benefícios (recuperação de despesa)	25.666	2,48	29.284	2,76	25.429	2,65	29.284	2,93
FGTS	4.138	0,40	4.863	0,46	4.015	0,42	4.863	0,49
Impostos, Taxas e Contribuições	450.215	43,58	427.148	40,24	383.540	39,95	367.160	36,78
Federais	312.740	30,27	290.174	27,34	256.390	26,71	236.442	23,68
Estaduais	136.851	13,25	136.414	12,85	126.538	13,18	130.158	13,04
Municipais	624	0,06	560	0,05	612	0,06	560	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	243.817	23,60	345.169	32,52	242.166	25,23	344.965	34,55
Juros	237.703	23,01	339.892	32,02	236.208	24,61	339.828	34,04
Aluguéis	6.114	0,59	5.277	0,50	5.958	0,62	5.137	0,51
Remuneração de Capitais Próprios	247.278	23,94	184.990	17,42	247.278	25,75	184.990	18,53
Lucros Acumulados	247.278	23,94	184.990	17,42	247.278	25,75	184.990	18,53
	1.033.094	100,00	1.061.542	100,00	960.000	100,00	998.367	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 59 usinas, sendo 54 usinas hidrelétricas, 3 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 4.854 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 31 de março de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$703.317 e R\$1.179.244, no consolidado e na controladora, respectivamente. No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado negativo no valor de R\$20.093 (positivo de R\$292.802 no primeiro trimestre de 2017) e a controladora apresentou fluxo de caixa operacional negativo de R\$5.632 (positivo de R\$207.176 no mesmo período de 2017, decorrente, principalmente, do maior volume de pagamentos relativos a adiantamento a fornecedores, compra de energia e imposto de renda e contribuição social, associado à redução do recebimento de adiantamento de clientes.

Adicionalmente, em 31 de março de 2018, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, consolidados da Cemig GT totalizaram R\$1.853.912 e R\$6.281.251, respectivamente. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Com relação à gestão da dívida, ao final de 2017 foi realizada a captação de recursos no exterior de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) em Eurobonds, com vencimento em 2024. Além disso, fizemos o reperfilamento de R\$741 milhões da nossa dívida. Essas duas iniciativas, em conjunto, equilibraram o nosso fluxo de caixa, alongaram o prazo médio de nossas dívidas, além de aprimorar a nossa qualidade de crédito.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 14 de maio de 2018, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2018

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/ CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a Receber – Transmissão	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Geração	Empréstimos e recebíveis (2)	Valor justo resultado
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de Clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

- 1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com a IFRS 9/CPC 48;
 2) Foram reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos seus valores justos.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

2.3 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 31 de março de 2018.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2018 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2017	31/03/2018	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	28	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	10	Depósitos Vinculados a Litígios
13	11	Ativos Financeiros da Concessão
14	12	Investimentos
15	13	Imobilizado
16	14	Intangíveis
17	15	Fornecedores
18	16	Impostos, Taxas e Contribuições
19	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	18	Encargos Regulatórios
21	19	Obrigações Pós-Emprego
22	20	Provisões
23	21	Patrimônio Líquido
24	22	Receita
25	23	Custos e Despesas Operacionais
26	24	Receitas e Despesas Financeiras
27	25	Transações com Partes Relacionadas
28	26	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	27	Mensuração Pelo Valor Justo
32	29	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2017 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, respectivamente, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

As seguintes sociedades são consideradas controladas e estão incluídas nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas:

Sociedades Controladas	31/03/2018 e 31/12/2017
	Participação Direta (%)
Cemig Baguari	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig GT, incluindo as participações em consórcio e as controladas integrais, detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (3)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (3)	Cemig GT	79/2000	10/2030

(1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado pelo fato de que o poder concedente não controla para quem e o preço dos serviços prestados, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

(2) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo a mesma classificada como ativo financeiro da concessão.

(3) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através dos gastos incorridos. O ativo financeiro indenizável é identificado quando a implementação da infraestrutura é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contas Bancárias	7.564	4.700	6.461	2.077
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	110.216	282.675	103.783	274.542
Overnight	32.408	111.657	12.892	85.243
Outros	-	4.307	-	4.307
	142.624	398.639	116.675	364.092
	150.188	403.339	123.136	366.169

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 75% a 106% conforme operação (85% a 106% em 2017).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% (6,89% em 2017) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Certificados de depósitos bancários	707	1.214	281	927
Letras Financeiras – Bancos	88.193	149.459	35.084	114.102
Letras Financeiras do Tesouro	98.877	364.561	39.333	278.319
Debêntures	11.806	20.334	4.696	15.524
Outros	53	54	54	53
	199.636	535.622	79.448	408.925
Ativo Circulante	195.202	520.963	77.684	397.734
Ativo Não Circulante	4.434	14.659	1.764	11.191

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25% (100,25% a 100,25% em 2017), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI (102,10% a 112% em 2017).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 161,54% do CDI em 31 de março de 2018 (104,25% a 161,54% do CDI em 2017).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 26. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 25.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado		Controladora	
	Faturado	Não Faturado			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Industrial	17.167	189.861	40.888	37.177	285.093	331.437	221.883	286.360
Comércio, Serviços e Outras	9.741	36.111	512	219	46.583	38.589	46.583	38.589
Suprimento a Outras Concessionárias	-	227.105	45.585	1.763	274.453	308.589	239.213	273.526
Concessionários – Transp. de Energia	3.624	81.023	11.730	7.507	103.884	89.153	103.980	89.249
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	263.772	-	9.332	168	273.272	193.495	254.421	186.335
Perdas estimadas para Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	-	(21.756)	(21.756)	(21.623)	(21.756)	(21.623)
	294.304	534.100	108.047	25.078	961.529	939.640	844.324	852.436
Ativo Circulante								
Consumidores e Revendedores					857.645	850.487	740.344	763.187
Concessionários – Transp. Energia					103.884	89.153	103.980	89.249

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação é como segue:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.109
Constituição de provisão, líquida	-
Saldo em 31 de março de 2017	4.109
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.623
Constituição de provisão, líquida	133
Saldo em 31 de março de 2018	21.756

Adiantamento de Clientes

A Cemig GT recebeu de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	141.875
Baixa	(32.388)
Atualização Financeira	12.561
Saldo em 31 de março de 2017	303.248
<hr/>	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	190.758
Baixa	(54.240)
Atualização Financeira	2.844
Saldo em 31 de março de 2018	139.362

Os adiantamentos serão atualizados até o momento da efetiva entrega da energia pela Companhia, nas condições a seguir:

Contraparte	31/03/2018			Saldos em 31/03/2018	Saldos em 31/12/2017
	Período previsto para faturamento da energia	Índice de atualização dos valores antecipados	Quantidade de MWh a entregar		
BTG Pactual	-	1,57% a.m.	-	-	17.287
BTG Pactual	-	1,2% a.m.	-	-	25.633
Deal Comercializadora	-	1,2% a.m.	-	-	772
White Martins Gases Industriais Ltda	mai/2018 a mar/2019	124% do CDI	286.189	139.362	147.066
				139.362	190.758

A receita de venda de energia antecipada é reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS a Recuperar	7.140	6.644	6.329	5.868
COFINS	1.234	2.400	1.234	2.400
PASEP	154	488	154	488
INSS	14.935	13.690	14.935	13.690
Outros	6.251	7.618	6.251	7.618
	29.714	30.840	28.903	30.064
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	7.073	7.731	7.073	7.731
COFINS	-	451	-	451
PASEP	-	90	-	90
	7.073	8.272	7.073	8.272
	36.787	39.112	35.976	38.336

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após março de 2019.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante				
Imposto de Renda	45.910	85.093	45.910	85.093
Contribuição Social	58.588	53.342	58.588	53.342
	104.498	138.435	104.498	138.435

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	255.414	252.231	255.414	252.231
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.397	7.352	7.397	7.352
Provisões para contingências	33.739	32.740	33.739	32.740
Outras provisões	364.183	366.304	364.183	366.304
Concessão Onerosa	8.304	8.227	8.304	8.227
Ajuste a Valor Justo Swap – Perda	-	11.037	-	11.037
Outros	3.770	2.235	3.770	2.235
	672.807	680.126	672.807	680.126
PASSIVO				
Custo Atribuído	(234.476)	(236.262)	(234.476)	(236.262)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(659.796)	(675.533)	(659.796)	(675.533)
Custo Aquisição Participações Societárias	(134.815)	(136.967)	(134.815)	(136.967)
Atualização de Depósitos Judiciais	(28.550)	(28.007)	(28.550)	(28.007)
Ajuste a Valor Justo Swap - Ganho	(22.118)	-	(22.118)	-
Outros	(17.855)	(19.803)	(17.551)	(19.662)
	(1.097.610)	(1.096.572)	(1.097.306)	(1.096.431)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(424.803)	(416.446)	(424.499)	(416.305)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(286.174)	(285.529)
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	6.085	6.624
Saldo em 31 de março de 2017	(280.089)	(278.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(416.446)	(416.305)
Efeitos alocados às demonstrações dos resultados	(8.357)	(8.194)
Saldo em 31 de março de 2018	(424.803)	(424.499)

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2017	31/03/2017
Resultado Antes dos Impostos	370.783	273.219	332.716	235.985
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(126.067)	(92.894)	(113.123)	(80.235)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	1.416	1.657	1.416	1.657
Resultado de Equivalência Patrimonial	(12.102)	(10.060)	26.749	27.664
Multas Indedutíveis	(261)	(56)	(261)	(56)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(37)	(212)	(37)	(38)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	13.684	13.313	-	-
Outros	(138)	23	(182)	13
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(123.505)	(88.229)	(85.438)	(50.995)
Imposto Corrente	(115.148)	(94.314)	(77.244)	(57.619)
Imposto Diferido	(8.357)	6.085	(8.194)	6.624
	(123.505)	(88.229)	(85.438)	(50.995)
Alíquota Efetiva	33,31%	32,29%	25,68%	21,61%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Trabalhistas	31.072	29.676	31.072	29.676
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	15.035	14.908	15.035	14.908
PASEP/COFINS (1)	185.205	183.606	185.205	183.606
IR/INSS - Indenização do Anuênio (2)	63.483	63.027	63.483	63.027
IPTU	9.837	6.497	9.837	6.497
Outros	1.028	4.186	1.028	4.186
	274.588	272.224	274.588	272.224
Outros				
Bloqueio Judicial	276	521	276	521
Regulatórios	3.366	3.308	3.366	3.308
Outros	4.568	4.265	4.568	4.265
	8.210	8.094	8.210	8.094
	313.870	309.994	313.870	309.994

(1) Depósito judicial relativo ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PASEP/COFINS. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 20 – Provisões (Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS).

(2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 20 – Provisões (Indenização do Anuênio).

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Transmissão - Indenização a Receber	1.852.673	1.928.038	1.852.673	1.928.038
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	546.672	547.800	546.672	547.800
Geração – indenização a receber	1.918.002	1.900.757	1.918.002	1.900.757
Geração – Bonificação de outorga	2.357.819	2.337.135	-	-
	6.675.166	6.713.730	4.317.347	4.376.595
Circulante	665.867	689.353	430.023	456.101
Não Circulante	6.009.299	6.024.377	3.887.324	3.920.494

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800.388	2.287.512	5.087.900	546.625	2.287.510	2.834.135
Adição	-	2.920	2.920	-	2.920	2.920
Atualização Financeira	79.506	65.830	145.336	-	65.830	65.830
Recebimentos	(55.615)	(4.245)	(59.860)	-	(4.245)	(4.245)
Baixas	-	(218)	(218)	-	(218)	(218)
Transferência do imobilizado da Usina não Renovada UHE Volta Grande	70.252	-	70.252	70.252	-	70.252
Saldo em 31 de março de 2017	2.894.531	2.351.799	5.246.330	616.877	2.351.797	2.968.674
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.237.892	2.475.838	6.713.730	1.900.757	2.475.838	4.376.595
Adição	-	1.063	1.063	-	1.063	1.063
Atualização Financeira	99.071	49.841	148.912	17.245	49.841	67.086
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	2.927	2.927	-	2.927	2.927
Recebimentos	(61.142)	(130.324)	(191.466)	-	(130.324)	(130.324)
Saldo em 31 de março de 2018	4.275.821	2.399.345	6.675.166	1.918.002	2.399.345	4.317.347

Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização. A Portaria determinou, ainda, que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 31 de março de 2018, no montante de R\$1.852.673 (R\$1.928.038 em 31 de dezembro de 2017), corresponde aos créditos abaixo:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017, no valor de R\$972.663 (R\$992.802 em 31 de dezembro de 2017) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$321.669 em 31 de março de 2018 (R\$316.138 em 31 de dezembro de 2017), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito de receber os devidos valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 31 de março de 2018.

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia relativo à inclusão de alguns cabos condutores no cálculo tarifário e apurou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias de 23 de junho de 2009 e 08 de junho de 2010. Os novos valores calculados dos referidos condutores na Base de Remuneração de Ativos para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 foram atualizados, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT em doze meses via RAP. Em 31 de março de 2018, o saldo a receber é de R\$37.313 (R\$74.627 em 31 de dezembro de 2017).

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente, no valor de R\$521.028 em 31 de março de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017), foi incorporado à Base de Remuneração de Ativos e está sendo recuperado via RAP. A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referentes à indenização dos ativos de transmissão, cuja movimentação é apresentada a seguir:

Saldo em 31/12/2017	1.928.038
Atualização Financeira	49.841
Recebimentos *	(125.206)
Total em 31/03/2018	1.852.673
Saldo em 31/12/2016	1.805.230
Atualização Financeira	65.830
Total em 31/03/2017	1.871.060

* Os recebimentos dos créditos passaram a ocorrer a partir de julho de 2017, após a homologação por parte da ANEEL.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de março de 2018, o saldo a receber é de R\$546.672 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017).

Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), estão reconhecidos no Ativo Financeiro e montam R\$816.411 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	2.258	2.920
		3.601,70	204.041	816.411

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 31 de março de 2018, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.920 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

Usinas de Miranda e São Simão

Os valores do Projeto Básico das usinas de Miranda e São Simão foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente pela variação da SELIC, em conformidade com os termos da Portaria nº 291/17 do Ministério de Minas e Energia – MME, conforme demonstrado a seguir:

Usinas	Miranda	São Simão	Total
Término da concessão	dez/16	jan/15	
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 31/12/2017	609.995	202.744	812.739
Ajuste (1)	174.157	40.855	215.012
Valores Portaria MME	784.152	243.599	1.027.751
Atualização	25.373	31.222	56.595
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/12/17	809.525	274.821	1.084.346
Atualização	12.875	4.370	17.245
Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 31/03/18	822.400	279.191	1.101.591

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17.

A Companhia está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, bem como a data de pagamento, tendo em vista que a citada Portaria estabelece que o pagamento da indenização deverá ser realizado pela União até 31 de dezembro de 2018, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

Bonificação pela outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	44.361	(32.851)	1.341.644
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	13.981	(10.360)	421.014
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	5.837	(4.405)	157.026
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	4.350	(3.279)	117.781
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	6.050	(4.614)	153.606
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	4.509	(3.503)	104.139
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	2.738	(2.130)	62.609
Total		2.337.135	81.826	(61.142)	2.357.819

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	42.718	(29.881)	1.296.034
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	13.472	(9.424)	406.687
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	5.728	(4.006)	151.626
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	4.264	(2.983)	113.728
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	5.999	(4.197)	148.355
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	4.556	(3.187)	100.684
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	2.769	(1.937)	60.542
Total		2.253.765	79.506	(55.615)	2.277.656

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo reconhecida como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA mais juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão. A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Coligadas				
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	508.285	534.761	508.285	534.761
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	559.490	582.504	559.490	582.504
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	47.757	57.957	47.757	57.957
Guanhães Energia	42.848	25.018	42.848	25.018
Hidrelétrica Pipoca	28.486	26.023	28.486	26.023
Lightger	42.412	40.832	42.412	40.832
Baguari Energia	158.575	148.422	158.575	148.422
Central Eólica Praias Parajuru	58.351	60.101	58.351	60.101
Central Eólica Volta do Rio	61.410	67.725	61.410	67.725
Central Eólica Praias de Morgado	48.826	50.569	48.826	50.569
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	607.318	576.704	607.318	576.704
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	915.691	866.554	915.691	866.554
Aliança Geração	1.272.146	1.242.170	1.272.146	1.242.170
Retiro Baixo	161.454	157.773	161.454	157.773
Renova	241.208	282.524	241.208	282.524
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	6.404	3.699	6.404	3.699
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	13	23
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.442.377	1.391.822
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	458.991	440.122
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	181.827	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	139.311	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	178.457	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	125.185	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	74.632	69.398
Total	4.760.661	4.723.336	7.361.454	7.209.862

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	Controladora e Consolidado 31/12/2016	Amortização	Controladora e Consolidado 31/03/2017	Controladora e Consolidado 31/12/2017	Amortização	Controladora e Consolidado 31/03/2018
Retiro Baixo	29.525	(296)	29.229	28.344	(296)	28.048
Central Eólica Praias de Parajuru	19.341	(382)	18.959	16.503	(354)	16.149
Central Eólica Volta do Rio	13.807	(252)	13.555	11.035	(218)	10.817
Central Eólica Praias de Morgado	27.406	(514)	26.892	23.956	(486)	23.470
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	157.340	(1.489)	155.851	151.384	(1.489)	149.895
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	56.518	(493)	56.025	54.546	(493)	54.053
	303.937	(3.426)	300.511	285.768	(3.336)	282.432

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos	31/03/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	2.713	-	(12.913)	47.757
Guanhães Energia	25.018	(145)	17.975	-	42.848
Hidrelétrica Pipoca	26.023	2.859	-	(396)	28.486
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(26.476)	-	-	508.285
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(23.014)	-	-	559.490
Baguari Energia	148.422	10.153	-	-	158.575
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(1.750)	-	-	58.351
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(6.315)	-	-	61.410
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(1.743)	-	-	48.826
Lightger	40.832	2.025	-	(445)	42.412
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	10.821	38.316	-	915.691
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	7.492	23.122	-	607.318
Aliança Geração	1.242.170	29.976	-	-	1.272.146
Retiro Baixo	157.773	3.681	-	-	161.454
Renova	282.524	(41.316)	-	-	241.208
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(191)	2.896	-	6.404
Total do Investimento	4.723.336	(31.230)	82.309	(13.754)	4.760.661

Controladora	31/12/2017	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	31/03/2018
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	2.713	-	(12.913)	47.757
Guanhães Energia	25.018	(145)	17.975	-	42.848
Hidrelétrica Pipoca	26.023	2.859	-	(396)	28.486
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	534.761	(26.476)	-	-	508.285
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	582.504	(23.014)	-	-	559.490
Baguari Energia	148.422	10.153	-	-	158.575
Central Eólica Praias Parajuru	60.101	(1.750)	-	-	58.351
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(6.315)	-	-	61.410
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(1.743)	-	-	48.826
Lightger	40.832	2.025	-	(445)	42.412
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	866.554	10.821	38.316	-	915.691
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	576.704	7.492	23.122	-	607.318
Aliança Geração	1.242.170	29.976	-	-	1.272.146
Retiro Baixo	157.773	3.681	-	-	161.454
Renova	282.524	(41.316)	-	-	241.208
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(191)	2.896	-	6.404
Cemig Baguari	23	(10)	-	-	13
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.391.822	50.555	-	-	1.442.377
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.122	18.869	-	-	458.991
Cemig Ger. Itutinga S.A.	171.279	10.548	-	-	181.827
Cemig Geração Camargos S.A.	130.426	8.885	-	-	139.311
Cemig Geração Sul S.A.	167.571	10.886	-	-	178.457
Cemig Geração Leste S.A.	115.885	9.300	-	-	125.185
Cemig Geração Oeste S.A.	69.398	5.234	-	-	74.632
Total do Investimento	7.209.862	83.037	82.309	(13.754)	7.361.454

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	31/03/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	3.246	-	(2.641)	-	-	51.016
Guanhães Energia (1)	-	(1.510)	72.030	-	-	(59.071)	11.449
Hidrelétrica Pipoca	31.809	1.984	-	(1.284)	-	-	32.509
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(23.075)	-	-	-	-	620.815
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(20.066)	-	-	-	-	657.116
Baguari Energia	162.106	6.575	-	(259)	-	-	168.422
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(509)	-	(406)	-	-	62.392
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(2.207)	-	-	-	-	79.021
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(1.308)	-	-	-	-	58.278
Lightger	41.543	2.355	-	(642)	-	-	43.256
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	8.832	45.039	-	-	-	834.893
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.184	27.122	-	-	-	556.804
Aliança Geração	1.319.055	23.152	-	-	-	-	1.342.207
Retiro Baixo	161.848	3.369	-	-	-	-	165.217
Renova	688.625	(28.246)	18.000	-	16.207	(1)	694.585
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Total do Investimento	5.291.892	(25.224)	162.191	(5.232)	16.207	(59.072)	5.380.762
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	5.232.821	(25.224)	162.191	(5.232)	16.207	(1)	5.380.762

(1) Transferência do passivo a descoberto.

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	31/03/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	3.246	-	(2.641)	-	-	51.016
Guanhães Energia (1)	-	(1.510)	72.030	-	-	(59.071)	11.449
Hidrelétrica Pipoca	31.809	1.984	-	(1.284)	-	-	32.509
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	643.890	(23.075)	-	-	-	-	620.815
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	677.182	(20.066)	-	-	-	-	657.116
Baguari Energia	162.106	6.575	-	(259)	-	-	168.422
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(509)	-	(406)	-	-	62.392
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(2.207)	-	-	-	-	79.021
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(1.308)	-	-	-	-	58.278
Lightger	41.543	2.355	-	(642)	-	-	43.256
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	8.832	45.039	-	-	-	834.893
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	2.184	27.122	-	-	-	556.804
Aliança Geração	1.319.055	23.152	-	-	-	-	1.342.207
Retiro Baixo	161.848	3.369	-	-	-	-	165.217
Renova	688.625	(28.246)	18.000	-	16.207	(1)	694.585
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	-	-	-	-	-	2.782
Cemig Baguari	55	(1)	-	-	-	-	54
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.399.282	49.608	-	-	-	-	1.448.890
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.148	16.977	-	-	-	-	457.125
Cemig Ger. Itutinga S.A.	167.962	10.699	-	-	-	-	178.661
Cemig Geração Camargos S.A.	125.995	8.664	-	-	-	-	134.659
Cemig Geração Sul S.A.	165.133	10.961	-	-	-	-	176.094
Cemig Geração Leste S.A.	113.976	8.939	-	-	-	-	122.915
Cemig Geração Oeste S.A.	69.375	5.108	-	-	-	-	74.483
Total do Investimento	7.773.818	85.731	162.191	(5.232)	16.207	(59.072)	7.973.643
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	7.714.747	85.731	162.191	(5.232)	16.207	(1)	7.973.643

(1) Transferência do passivo a descoberto;

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas							
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.062.360	18,13	9.546.672	5.327.114
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	97.463	49,00	35.000	118.280
Guanhães Energia	358.511.000	49,00	358.511	87.445	49,00	330.536	51.058
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.134	49,00	41.360	53.108
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.527	69,39	186.573	213.895
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	86.125	49,00	70.560	88.976
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	103.250	49,00	117.230	115.694
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	51.747	49,00	52.960	54.312
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	86.555	49,00	79.232	83.331
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	39.919.934.434	49,00	1.164.975	1.127.645	49,00	1.119.255	1.065.628
Amazônia Energia (usina de Belo Monte) (1)	1.281.030.446	74,50	1.281.030	1.229.115	74,50	1.229.600	1.163.160
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.938.580	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	265.849	49,90	222.850	257.880
Renova	417.197.244	36,23	2.919.019	659.265	36,23	2.919.019	779.808
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	17.014.114	49,00	17.014	13.070	49,00	11.102	7.549
Controladas							
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	14	100,00	1	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.442.377	100,00	1.291.423	1.391.822
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	458.991	100,00	405.268	440.122
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	181.827	100,00	151.309	171.279
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	139.311	100,00	113.499	130.426
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	178.457	100,00	148.147	167.571
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	125.185	100,00	100.569	115.885
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	74.631	100,00	60.595	69.398

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Em 31 de março de 2018, algumas controladas em conjunto apresentaram passivo circulante superior ao ativo circulante ou prejuízos acumulados relevantes, conforme segue:

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$2.155.727, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a readequação do fluxo de pagamentos do serviço da dívida junto ao BNDES e bancos repassadores, liberação de recursos da conta reserva destinados a esses pagamentos, que serão substituídos por fiança bancária e com geração operacional de caixa.

Renova: No período findo em 31 de março de 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$120.543, prejuízos acumulados de R\$2.135.133 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa através de venda de ativos, com a utilização dos recursos para o pagamento de fornecedores e amortização de dívidas, além de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais.

A Administração da Renova entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova.

A Administração da Companhia efetuou a análise dos indicativos de *impairment* acima mencionados e, com base nas informações disponíveis, entende que não existe incerteza material quanto à continuidade operacional destas investidas.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui participação direta de 10% e indireta de 8,13% na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.067.775 em 31 de março de 2018 (R\$1.117.265 em 31 de dezembro de 2017).

A MESA e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 31 de março de 2018, R\$23.393.393 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, estão sendo absorvidos por meio das receitas, sendo que todas as unidades geradoras da Usina estão em operação.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação iterna independente. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

FID (Fator de Disponibilidade)

Em 31 de julho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA” - controlada da investida Madeira Energia S.A.) de antecipação da tutela recursal para suspender a exigência da aplicação do Fator de Disponibilidade (FID) em relação às unidades geradoras da UHE Santo Antônio não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Referida decisão que determinava à ANEEL e à CCEE que adotassem os procedimentos necessários à eficácia de tal decisão nas contabilizações e liquidações da referida Câmara foi suspensa pelo STJ e, após decisão superveniente desfavorável à SAESA em reclamação constitucional no STF, foi mantida a suspensão. Em 31 de março de 2018, a SAESA possui provisionado no passivo circulante saldo no montante de R\$ 691.464, o qual representa o efeito da limitação da aplicação do FID no referido pleito.

A SAESA espera e envidará os melhores esforços para reestabelecer os efeitos da liminar até o julgamento definitivo da ação.

Em 24 de abril de 2018, em Reunião Extraordinária, a ANEEL concedeu medida cautelar ao Requerimento Administrativo apresentado pela SAESA em 19 de abril de 2018, para suspensão do aporte de garantias financeiras exigido pela CCEE, bem como a respectiva liquidação financeira, referente à apuração do Fator de Disponibilidade (FID) da UHE Santo Antônio, cujo prazo para aporte se encerraria nessa data.

Após receber da CCEE a notificação e recálculo do débito referente ao FID, a SAESA deverá apresentar à ANEEL proposta de equacionamento do mesmo, a qual será previamente aprovada pelo seu Conselho de Administração.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo negativo de R\$2.371.188 em 31 de março de 2018. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e conseqüente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2018 é de R\$592.711.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer conseqüências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015 levando em consideração os resultados da investigação iterna independente conduzida por ela e seus outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)

Encerramento das negociações com a Brookfield

Em 23 de fevereiro de 2018, a Renova recebeu da Brookfield Energia Renovável S.A. (“BER”), uma proposta vinculante para a aquisição dos ativos de todo o Complexo de Alto Sertão III, bem como de, aproximadamente, 1,1 GW em determinados projetos eólicos em desenvolvimento. Em 27 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Renova aprovou a proposta recebida e concedeu um novo período de exclusividade à BER de até 60 (sessenta) dias para finalização dos documentos da transação.

Em 10 de maio de 2018, a Renova comunicou o encerramento das negociações com a BER envolvendo a venda de ativos, uma vez que não se chegou a um acordo com relação aos termos finais da transação.

A Administração da Renova informou que está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um novo plano de reestruturação visando equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos, sobre o qual informará o mercado o mais breve possível.

Proposta vinculante da Cemig apresentada à Renova

Em 27 de março de 2018, a Cemig (controladora da Companhia), apresentou à Renova uma proposta vinculante referente à aquisição de 100% das ações de emissão da Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”) detidas pela Renova ou de 51% das ações de emissão da Brasil PCH S.A. detidas pela Chipley. Em 03 de maio de 2018, o Conselho de Administração da Renova deliberou pelo não aceite da proposta da Cemig.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova e aportes efetuados pela mesma em determinados projetos em desenvolvimento em anos anteriores. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente.

Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por um conselheiro independente, pelo presidente do Conselho Fiscal e pelo presidente do Conselho de Administração, que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharão a investigação interna.

Os trabalhos de investigação interna estão em andamento e não é possível até o presente momento mensurar eventuais efeitos desta investigação, bem como eventuais impactos nas informações contábeis intermediárias da Renova e da Companhia para o período findo em 31 de março de 2018.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.376.219	(4.325.422)	2.050.797	6.342.503	(4.268.303)	2.074.200
Terrenos	220.582	(14.060)	206.522	220.582	(13.450)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	3.009.602	(1.956.726)	1.052.876	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.040.089	(759.060)	281.029	1.039.564	(754.945)	284.619
Máquinas e equipamentos	2.063.589	(1.558.895)	504.694	2.030.392	(1.525.069)	505.323
Veículos	28.712	(25.891)	2.821	28.712	(25.611)	3.101
Móveis e utensílios	13.645	(10.790)	2.855	13.651	(10.731)	2.920
Em Curso	80.779	-	80.779	88.690	-	88.690
Ativos em formação	80.779	-	80.779	88.690	-	88.690
Imobilizado líquido	6.456.998	(4.325.422)	2.131.576	6.431.193	(4.268.303)	2.162.890

Controladora	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Valor Líquido	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.372.137	(4.325.305)	2.046.832	6.339.089	(4.268.227)	2.070.862
Terrenos	220.582	(14.060)	206.522	220.582	(13.450)	207.132
Reservatórios, barragens e adutoras	3.009.602	(1.956.726)	1.052.876	3.009.602	(1.938.497)	1.071.105
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.040.089	(759.060)	281.029	1.039.564	(754.945)	284.619
Máquinas e equipamentos	2.059.507	(1.558.778)	500.729	2.026.978	(1.524.993)	501.985
Veículos	28.712	(25.891)	2.821	28.712	(25.611)	3.101
Móveis e utensílios	13.645	(10.790)	2.855	13.651	(10.731)	2.920
Em Curso	77.064	-	77.064	84.985	-	84.985
Ativos em formação	77.064	-	77.064	84.985	-	84.985
Imobilizado líquido	6.449.201	(4.325.305)	2.123.896	6.424.074	(4.268.227)	2.155.847

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Depreciação	31/03/2018
Em serviço	2.074.200	-	12.023	(35.426)	2.050.797
Terrenos	207.132	-	-	(610)	206.522
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	3	(18.232)	1.052.876
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	449	(4.039)	281.029
Máquinas e equipamentos	505.323	-	11.571	(12.200)	504.694
Veículos	3.101	-	-	(280)	2.821
Móveis e utensílios	2.920	-	-	(65)	2.855
Em curso	88.690	4.112	(12.023)	-	80.779
Imobilizado líquido	2.162.890	4.112	-	(35.426)	2.131.576

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Transferência	Depreciação	31/03/2018
Em serviço	2.070.862	-	11.355	(35.385)	2.046.832
Terrenos	207.132	-	-	(610)	206.522
Reservatórios, barragens e adutoras	1.071.105	-	3	(18.232)	1.052.876
Edificações, obras civis e benfeitorias	284.619	-	449	(4.039)	281.029
Máquinas e equipamentos	501.985	-	10.903	(12.159)	500.729
veículos	3.101	-	-	(280)	2.821
Móveis e utensílios	2.920	-	-	(65)	2.855
Em curso	84.985	3.434	(11.355)	-	77.064
Imobilizado líquido	2.155.847	3.434	-	(35.385)	2.123.896

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	31/03/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(869.239)	23.471	(4.816)	(39.869)	2.163.328
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	76	213.244
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	-	303	(20.793)	1.128.590
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	229	-	(4.260)	296.446
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(298.058)	23.242	(5.119)	(14.529)	518.285
Veículos	4.225	-	-	-	-	(283)	3.942
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(80)	2.821
Em Curso	116.371	3.525	(130)	(23.471)	(1.835)	-	94.460
Imobilizado Líquido	3.170.152	3.525	(869.369)	-	(6.651)	(39.869)	2.257.788

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	31/03/2017
Em Serviço	3.053.781	-	(869.239)	22.108	(4.816)	(39.861)	2.161.973
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	76	213.244
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.590.003	-	(440.923)	-	303	(20.793)	1.128.590
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	369.448	-	(68.971)	229	-	(4.260)	296.446
Máquinas e Equipamentos	812.749	-	(298.058)	21.879	(5.119)	(14.521)	516.930
Veículos	4.225	-	-	-	-	(283)	3.942
Móveis e Utensílios	2.901	-	-	-	-	(80)	2.821
Em Curso	114.599	3.423	(130)	(22.108)	(1.762)	-	94.022
Imobilizado Líquido	3.168.380	3.423	(869.369)	-	(6.578)	(39.861)	2.255.995

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes à Usinas Jaguara e Miranda, no montante de R\$799.117 e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande, no montante de R\$70.252.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,14%. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2018	31/12/2017
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	4,05	217.185	217.109
Depreciação acumulada			(92.834)	(90.649)
Total em operação			124.351	126.460
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	265	340
Total em construção			265	340

14. INTANGÍVEIS

A composição do saldo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Consolidado e Controladora	31/03/2018			31/12/2017		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	93.944	(67.102)	26.842	89.923	(66.001)	23.922
Servidão	11.451	(2.158)	9.293	11.451	(1.990)	9.461
Concessão Onerosa	19.169	(11.421)	7.748	19.169	(11.251)	7.918
Outros	63.324	(53.523)	9.801	59.303	(52.760)	6.543
Em Curso	5.519	-	5.519	8.718	-	8.718
Ativos em formação	5.519	-	5.519	8.718	-	8.718
Intangível Líquido	99.463	(67.102)	32.361	98.641	(66.001)	32.640

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Consolidado e Controladora	31/12/2017	Adição	Capitalização/ Transferência	Amortização	31/03/2018
Em serviço	23.922	-	4.043	(1.123)	26.842
Servidão	9.461	-	-	(168)	9.293
Concessão onerosa	7.918	-	-	(170)	7.748
Outros	6.543	-	4.043	(785)	9.801
Em Curso	8.718	844	(4.043)	-	5.519
Ativos em formação	8.718	844	(4.043)	-	5.519
Total	32.640	844	-	(1.123)	32.361

Consolidado e Controladora	31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara/Miranda	Capitalização / Transferência	Baixa	Amortização	31/03/2017
Em Serviço	26.532	-	(80)	614	-	(1.179)	25.887
Servidão	10.136	-	-	-	-	-	10.136
Concessão Onerosa	8.597	-	-	-	-	(170)	8.427
Outros	7.799	-	(80)	614	-	(1.009)	7.324
Em Curso	9.220	11	-	(614)	(15)	-	8.602
Ativos em formação	9.220	11	-	(614)	(15)	-	8.602
Total	35.752	11	(80)	-	(15)	(1.179)	34.489

A taxa de amortização média anual é de 15,71%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

15. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Suprimento e transporte de energia elétrica	287.886	420.268	276.408	409.716
Materiais e serviços	28.698	51.775	25.946	44.796
	316.584	472.043	302.354	454.512

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante				
ICMS	9.413	60.635	6.209	57.723
PASEP	5.493	9.782	4.478	9.047
COFINS	24.110	45.139	20.580	41.748
INSS	3.249	3.816	3.171	3.522
ISSQN	694	992	623	900
Outros	12.353	13.302	12.203	13.098
	55.312	133.666	47.264	126.038
Não Circulante				
PASEP	546	535	546	535
COFINS	3.359	3.295	3.359	3.295
	3.905	3.830	3.905	3.830
	59.217	137.496	51.169	129.868

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 31/03/2018			Consolidado 31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	4.320	211	4.531	4.383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	115.696	3.323.800	3.439.496	3.333.149
(-) Custos de Transação				-	(14.516)	(14.516)	(15.400)
(-) Juros Pagos Antecipadamente (1)				-	(46.473)	(46.473)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				120.016	3.263.022	3.383.038	3.274.442
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	62.589	679.443	742.032	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	123.966	-	123.966	121.470
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	1.572	-	1.572	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				(805)	(5.380)	(6.185)	(8.854)
Dívida em Moeda Nacional				187.507	674.063	861.570	857.524
Total de Empréstimos e Financiamentos				307.523	3.937.085	4.244.608	4.131.966
DEBÊNTURES							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	145.756	-	145.756	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	6.970	969.809	976.779	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	717.120	-	717.120	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	517.750	-	517.750	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.734	31.322	33.056	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	168.574	1.373.237	1.541.811	1.683.557
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (4)				(7.346)	-	(7.346)	(12.405)
(-) Custos de Transação				(4.169)	(30.202)	(34.371)	(37.028)
Total de Debêntures				1.546.389	2.344.166	3.890.555	4.188.197
Total Geral				1.853.912	6.281.251	8.135.163	8.320.163

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 31/03/2018			Controladora 31/12/2017
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	EUR	4.320	211	4.531	4.383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	115.696	3.323.800	3.439.496	3.333.149
(-) Custos de Transação				-	(14.516)	(14.516)	(15.400)
(-) Juros Pagos Antecipadamente (1)				-	(46.473)	(46.473)	(47.690)
Dívida em Moeda Estrangeira				120.016	3.263.022	3.383.038	3.274.442
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2021	140,00% do CDI	R\$	62.589	679.443	742.032	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	123.966	-	123.966	121.470
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	1.572	-	1.572	2.359
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) Custos de Transação				(805)	(5.380)	(6.185)	(8.854)
Dívida em Moeda Nacional				187.507	674.063	861.570	857.524
Total de Empréstimos e Financiamentos				307.523	3.937.085	4.244.608	4.131.966
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (3)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	145.756	-	145.756	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (3)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	6.970	969.809	976.779	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (3)	2018	CDI + 1,70%	R\$	717.120	-	717.120	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série (3)	2018	CDI + 1,60%	R\$	517.750	-	517.750	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (3)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.734	31.322	33.056	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (3)	2021	140,00% do CDI	R\$	168.574	1.373.237	1.541.811	1.683.557
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (4)				(2.923)	-	(2.923)	(9.470)
(-) Custos de Transação				(4.169)	(30.202)	(34.371)	(37.028)
Total de Debêntures				1.550.812	2.344.166	3.894.978	4.191.132
Total Geral				1.858.335	6.281.251	8.139.586	8.323.098

(1) Juros pagos de forma antecipada no recebimento dos recursos do Eurobonds.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem preferência, nominativa e escritural.

(4) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 25.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas								
Euro	4.320	211	-	-	-	-	-	4.531
Dólar Norte Americano	115.696	-	-	-	-	-	3.323.800	3.439.496
Total por Moedas	120.016	211	-	-	-	-	3.323.800	3.444.027
Indexadores								
IPCA (1)	9.897	160.409	335.698	320.037	329.735	-	-	1.155.776
CDI (2)	1.395.992	746.643	746.645	746.053	-	-	-	3.635.333
TJLP (3)	1.572	-	-	-	-	-	-	1.572
Total por Indexadores	1.407.461	907.052	1.082.343	1.066.090	329.735	-	-	4.792.681
(-) Custos de Transação	(1.743)	(12.917)	(12.945)	(12.906)	(45)	-	(14.516)	(55.072)
(-) Juros Pagos Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(46.473)	(46.473)
Total Geral	1.525.734	894.346	1.069.398	1.053.184	329.690	-	3.262.811	8.135.163

Controladora	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas								
Euro	4.320	211	-	-	-	-	-	4.531
Dólar Norte Americano	115.696	-	-	-	-	-	3.323.800	3.439.496
Total por Moedas	120.016	211	-	-	-	-	3.323.800	3.444.027
Indexadores								
IPCA (1)	9.897	160.409	335.698	320.037	329.735	-	-	1.155.776
CDI (2)	1.400.415	746.643	746.645	746.053	-	-	-	3.639.756
TJLP (3)	1.572	-	-	-	-	-	-	1.572
Total por Indexadores	1.411.884	907.052	1.082.343	1.066.090	329.735	-	-	4.797.104
(-) Custos de Transação	(1.743)	(12.917)	(12.945)	(12.906)	(45)	-	(14.516)	(55.072)
(-) Juros Pagos Antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(46.473)	(46.473)
Total Geral	1.530.157	894.346	1.069.398	1.053.184	329.690	-	3.262.811	8.139.586

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada no 1º trimestre de 2018 %	Variação Acumulada no 1º trimestre de 2017 %	Indexador	Variação Acumulada no 1º trimestre de 2018 %	Variação Acumulada no 1º trimestre de 2017 %
Euro	2,91	(1,42)	IPCA	0,70	0,96
TJLP	(3,57)	-	CDI	1,59	2,98
Dólar Norte-Americano	0,48	(2,78)			

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.320.163	8.323.098
Variação Monetária e Cambial	29.045	29.045
Encargos Financeiros Provisionados	189.263	189.263
Amortização dos Custos de Transação	6.210	6.210
Encargos Financeiros Pagos	(127.739)	(127.739)
Amortização de Financiamentos	(286.838)	(286.838)
Subtotal	8.130.104	8.133.039
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	5.059	6.547
Saldo em 31 de março de 2018	8.135.163	8.139.586

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.633.671	8.643.585
Variação Monetária e Cambial	15.233	15.233
Encargos Financeiros Provisionados	288.466	288.466
Amortização dos Custos de Transação	8.862	8.862
Encargos Financeiros Pagos	(261.313)	(261.313)
Amortização de Financiamentos	(482.729)	(482.729)
Subtotal	8.202.190	8.212.104
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	7.913	10.389
Saldo em 31 de março de 2017	8.210.103	8.222.493

Garantias

Em 31 de março de 2018, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig da seguinte forma:

	31/03/2018
Aval e Fiança	5.884.727
Recebíveis	1.037.733
Ações	1.208.172
Sem Garantia	4.531
TOTAL	8.135.163

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Semestral
7ª emissão de debêntures (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral
Eurobonds (3)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 31/12/2017 5,5 em 30/06/2018 5,0 em 31/12/2018 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 31/12/2017 5,0 em 30/06/2018 4,25 em 31/12/2018 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral

- (1) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pelo Eurobonds, mediante aditivos contratuais;
- (2) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (3) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.

Em 31 de março de 2018, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Passivo				
Reserva Global de Reversão – RGR	2.779	8.753	2.779	8.753
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	12.340	14.622	11.267	13.549
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	58.685	51.639	58.685	51.639
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	717	740	570	595
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	6.495	6.612	6.495	6.612
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.835	2.359	1.387	1.945
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	149.532	150.050	145.010	146.231
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.052	1.314	833	1.111
	233.435	236.089	227.026	230.435
Passivo Circulante	149.395	151.532	147.508	149.698
Passivo Não Circulante	84.040	84.557	79.518	80.737

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016	357.099	356.833	7.662	184.867	906.461
Despesa Reconhecida no Resultado	9.310	9.916	214	5.008	24.448
Contribuições Pagas	(7.395)	(5.722)	(136)	(406)	(13.659)
Passivo Líquido em 31 de março de 2017	359.014	361.027	7.740	189.469	917.250
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2017	435.902	398.630	8.441	61.558	904.531
Despesa Reconhecida no Resultado	10.150	10.044	210	1.534	21.938
Contribuições Pagas	(9.334)	(6.083)	(139)	(554)	(16.110)
Passivo Líquido em 31 de março de 2018	436.718	402.591	8.512	62.538	910.359
				31/03/2018	31/12/2017
Passivo Circulante				54.713	52.395
Passivo Não Circulante				855.646	852.136

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$17.863 (R\$20.065 no primeiro trimestre de 2017), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$4.075 (R\$4.383 no primeiro trimestre de 2017).

Dívida pactuada com o fundo de Pensão - FORLUZ

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$159.516 em 31 de março de 2018 (R\$163.049 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contratos de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativo aos anos de 2015 e 2016. Em 31 de março de 2018, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$86.891 (R\$64.109 em 31 de dezembro de 2017), com amortizações mensais até dezembro de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Cemig GT ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	48.964	4.841	-	(936)	52.869
Cíveis	251	33	-	(28)	256
Tributárias	9.046	5	-	-	9.051
Regulatórias	2.206	58	-	(1)	2.263
Ambientais		27	-	(27)	-
Outras	35.843	1.014	(2.022)	(25)	34.810
Total	96.310	5.978	(2.022)	(1.017)	99.249

Controladora	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2018
Trabalhistas	48.948	4.841	-	(936)	52.853
Cíveis	251	33	-	(28)	256
Tributárias	9.046	5	-	-	9.051
Regulatórias	2.206	58	-	(1)	2.263
Ambientais		27	-	(27)	-
Outras	35.843	1.014	(2.022)	(25)	34.810
Total	96.294	5.978	(2.022)	(1.017)	99.233

Consolidado e Controladora	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	31/03/2017
Trabalhistas	46.286	6.154	-	(1.990)	50.450
Cíveis	364	19	-	(7)	376
Tributárias	7.145	310	-	-	7.455
Regulatórias	50	9	(4)	(10)	45
Outras	51.451	2.142	-	(361)	53.232
Total	105.296	8.634	(4)	(2.368)	111.558

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$174.994 (R\$167.948 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$52.869 (R\$48.964 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$35.666 (R\$37.328 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$9.051 (R\$9.046 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$19.466 (R\$23.319 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$2.263 (R\$2.206 em 31 de dezembro de 2017) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$32.969 (R\$31.987 em 31 de dezembro de 2017), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$76.865 (R\$77.571 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$1.841 foram provisionados (R\$4.107 em 31 de dezembro de 2017). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$63.483 (R\$63.027 em 31 de dezembro de 2017), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$74.081 (R\$73.334 em 31 de dezembro de 2017) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$335.141 (R\$458.619 em 31 de dezembro de 2017). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na análise dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$128.578 (R\$126.880 em 31 de dezembro de 2017) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$73.667 (R\$72.584 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS contemplavam os valores referentes ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou-se por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia realizou a baixa do passivo relativo a essas contribuições, que encontrava-se registrado na rubrica de impostos, taxas e contribuições.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$294.881 (R\$287.515 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$206.919 (R\$201.586 em 31 de dezembro de 2017). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF) e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$129.730 (R\$126.159 em 31 de dezembro de 2017).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$81.116 (R\$79.378 em 31 de dezembro de 2017).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$66.214 (R\$64.241 em 31 de dezembro de 2017), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em procedimentos licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$26.324 (R\$26.149 em 31 de dezembro de 2017) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785
Lucro líquido do período	247.278	184.990
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,0854	0,0639

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 26 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração da Cemig, controladora da Companhia, autorizou o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no montante de R\$100.000, o qual será capitalizado por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Aumento de Capital - Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de março de 2018, as reservas de lucro excedem o capital social em R\$819.874, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a proposta de aumento do capital social para R\$2.600.000, incluindo os R\$100.000 do AFAC, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76.

22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.530.475	1.570.390	1.417.901	1.466.718
Receita de Transmissão – com impostos (b)	143.546	127.060	144.500	127.272
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	81.827	79.506	-	-
Receita de Construção (d)	1.063	2.920	1.063	2.920
Transações com energia na CCEE (e)	121.734	220.013	106.675	218.321
Receita de Indenização da Transmissão (f)	49.841	65.830	49.841	65.830
Receita de Indenização da Geração (g)	17.245	-	17.245	-
Outras receitas operacionais	13.267	10.193	18.895	14.709
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(396.514)	(401.629)	(366.736)	(378.077)
	1.562.484	1.674.283	1.389.384	1.517.693

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	31/03/2018		31/03/2017		31/03/2018		31/03/2017	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	3.263.105	763.656	3.434.077	790.168	3.020.910	706.594	3.284.232	755.800
Comercial	684.255	167.808	495.186	123.664	684.255	167.808	495.186	123.664
Subtotal	3.947.360	931.464	3.929.263	913.832	3.705.165	874.402	3.779.418	879.464
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(45.486)	-	16.237	-	(46.200)	-	(242)
	3.947.360	885.978	3.929.263	930.069	3.705.165	828.202	3.779.418	879.222
Suprim. Outras Concessionárias (2)	2.620.870	679.263	2.911.274	715.827	2.620.870	624.465	2.911.274	649.335
Suprimento não Faturado Líquido	-	(34.766)	-	(75.506)	-	(34.766)	-	(61.839)
	6.568.230	1.530.475	6.840.537	1.570.390	6.326.035	1.417.901	6.690.692	1.466.718

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$2.927 no trimestre findo em 31 de março de 2018.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

(d) Receita de Construção

A receita de construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período, sendo que a margem de construção é zero e os custos de construção são iguais à receita de construção.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor de R\$49.841 (R\$65.830 no trimestre findo em 31 de março de 2017) correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber.

Mais detalhes vide nota explicativa nº 11.

(g) Receita de Indenização da Geração

No trimestre findo em 31 de março de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$17.245 referente à atualização do saldo do ativo financeiro relativo à indenização das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 11.

(h) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Tributos sobre a Receita				
ICMS	136.586	136.364	126.316	130.177
COFINS	146.836	143.492	133.697	132.081
PIS-PASEP	31.874	31.150	29.025	28.674
ISSQN	548	549	548	549
	315.844	311.555	289.586	291.481
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	4.688	9.379	4.688	9.379
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	38.671	27.749	38.671	27.749
PROINFA	10.241	9.663	10.241	9.663
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.092	5.231	2.451	4.681
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	3.092	5.231	2.451	4.681
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.546	2.616	1.225	2.341
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.995	4.104	1.561	3.602
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	17.345	26.101	15.862	24.500
	80.670	90.074	77.150	86.596
	396.514	401.629	366.736	378.077

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal(a)	79.539	91.345	74.463	88.362
Participação dos Empregados no Resultado	4.590	4.437	4.590	4.437
Obrigações Pós-Emprego (Recuperação de Despesas)	17.863	20.065	17.863	20.065
Materiais	2.049	2.561	1.691	2.170
Serviços de Terceiros (b)	26.918	26.701	24.949	24.486
Depreciação e Amortização	36.549	41.174	36.508	41.166
Provisões (c)	8.999	55.567	8.999	55.567
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	69.642	81.936	61.774	74.377
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	795.414	734.282	785.966	731.804
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	1.063	2.920	1.063	2.920
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	12.786	19.538	12.380	18.557
	1.055.412	1.080.526	1.030.246	1.063.911

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018)

Em março de 2018, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2018), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na Companhia até 31 de dezembro de 2018. O PDVP 2018 teve o seu período de adesão entre 02 a 30 de abril de 2018. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, não havendo previsão de pagamento de prêmio adicional.

O PDVP 2018 teve a adesão de 21 empregados, com um custo estimado de R\$3.381, a ser reconhecido no 2º trimestre de 2018.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Comunicação	640	579	616	558
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	2.112	3.129	3.051	2.706
Conservação e Limpeza de Prédios	7.165	4.781	5.744	4.093
Mão de Obra Contratada	1.439	1.089	1.439	1.089
Fretes e Passagens	338	398	338	395
Hospedagem e Alimentação	716	679	706	628
Vigilância	2.419	2.922	1.885	2.499
Consultoria	556	1.043	556	1.043
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	148	86	132	81
Tecnologia da Informação	1.903	1.181	1.688	1.181
Manutenção e Conservação de Veículos	69	1.634	63	1.574
Energia Elétrica	1.097	1.104	1.023	1.022
Meio Ambiente	1.502	4.232	1.243	3.910
Limpeza de Faixas	998	145	998	128
Serviços de Reprografia	379	284	351	279
Serviços advocatícios e Custas Processuais	678	562	678	562
Outros	4.759	2.853	4.438	2.738
	26.918	26.701	24.949	24.486

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	133	-	133	-
Perda estimada para Outros Créditos a Receber (1)	453	-	453	-
Provisão (reversão) para Contingências				
Trabalhistas	4.841	6.154	4.841	6.154
Cíveis	33	19	33	19
Tributárias	5	310	5	310
Regulatórias	58	5	58	5
Ambientais	27		27	
Outras	(1.008)	2.143	(1.008)	2.143
	3.956	8.631	3.956	8.631
	4.542	8.631	4.542	8.631
Varição de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 26)	4.457	46.936	4.457	46.936
	8.999	55.567	8.999	55.567

(1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Energia de curto prazo - CCEE	4.497	14.215	4.495	11.484
Energia adquirida no Ambiente Livre	856.293	788.103	854.842	788.103
Contratos Bilaterais	8.811	-	-	-
Créditos de PASEP/COFINS	(74.187)	(68.036)	(73.371)	(67.783)
	795.414	734.282	785.966	731.804

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	93	484	93	484
Materiais	561	610	561	610
Serviços de Terceiros	313	1.210	313	1.210
Outros	96	616	96	616
	1.063	2.920	1.063	2.920

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Arrendamentos e Aluguéis	5.727	4.975	5.571	4.835
Propaganda e Publicidade	196	18	196	18
Subvenções e Doações	109	832	109	150
Despesa Concessão Onerosa	778	752	778	752
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	342	212	289	142
Anuidade CCEE	1.065	994	1.065	994
Seguros	952	1.078	952	1.078
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	185	1.597	185	1.597
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.963	1.440	1.963	1.440
Outros	1.469	7.640	1.272	7.551
	12.786	19.538	12.380	18.557

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	10.397	22.707	7.163	14.227
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	3.147	2.763	1.929	2.701
Variação Monetária	4.436	2.172	4.436	2.172
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	2.351	2.511	2.351	2.511
Rendas de Antecipação de Pagamento	5.366	14.690	3.758	14.690
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(1.629)	(2.037)	(1.425)	(1.769)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 26)	97.517	-	97.517	-
Outras	11.059	1.772	11.020	1.768
	132.644	44.578	126.749	36.300
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(189.263)	(288.466)	(189.263)	(288.466)
Amortização do custo de transação	(6.210)	(8.862)	(6.210)	(8.862)
Variação Monetária – Forluz	(4.075)	(4.383)	(4.075)	(4.383)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(13.117)	(15.338)	(13.117)	(15.338)
Variações Monetárias	(2.821)	(3.665)	(2.760)	(3.626)
Variações Cambiais de empréstimos e financiamentos	(15.928)	-	(15.928)	-
Atualização Financeira - Adiantamento de Clientes	(2.844)	(12.561)	(2.844)	(12.561)
Outras	(3.445)	(6.617)	(2.011)	(6.592)
	(237.703)	(339.892)	(236.208)	(339.828)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(105.059)	(295.314)	(109.459)	(303.528)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	2.768	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	364.230	564.230	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	9.683	40.162	8.552	5.451	(145.091)	(97.189)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	56.556	49.048	-	-	2.424	2.258	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	-	5.084	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(18.999)	(16.424)
Prestação de Serviço (4)	1.677	1.657	-	-	3.172	2.505	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	45.315	72.315	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	130	-	-	3.967	1.298	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (4)	214	211	-	-	223	215	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(4.629)	(4.846)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	445	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.581	2.581	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.218	-	-	-	(5.167)	(3.567)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	584	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	6.662	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	43	1.744	-	-	(30.866)	(51.504)
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	47.072	-	-	-	522	-	-	-
Contas a receber (6)	358.789	350.200	-	-	8.589	17.043	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	579	725	-	-	(1.259)	(2.836)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	38	46	-	-	-	(157)
Prestação de Serviço (4)	90	90	-	-	319	314	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	2.720	1.128	403	404	15.584	12.489	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.964	3.605	-	-	(6.423)	(11.391)
Prestação de Serviço (4)	172	404	-	-	139	134	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	663	-	-	-	663	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	34.051	22.212	634	3.263	49.043	49.070	(5.991)	(10.662)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	101.703	214.663	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	142.951	447.073	-	-	1.535	15.305	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (7)	(7.346)	(12.405)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	4.434	14.660	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	26.438	24.632	-	-	(10.150)	(9.310)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definitiva (9)	-	-	-	-	-	-	(5.011)	(5.546)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(1.963)	(1.440)
Arrendamento Operacional (11)	-	-	348	1.391	-	-	(3.272)	(3.394)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (8)	-	-	410.280	411.270	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	26.186	25.822	-	-	(10.254)	(10.130)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	384.917	338.673	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feitos em 2017 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. O pagamento está sendo efetuado através de faturas de suprimento de energia emitidas a partir de janeiro de 2018, em 12 parcelas;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (5) Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica Incentivadora vincendos nos meses de abril a agosto de 2018, descontados à taxa de 155% do Certificado de Depósitos Interbancários divulgado pela Cetip;
- (6) A Cemig GT possui contas a receber junto à Renova Energia, no montante total de R\$359 milhões, a serem liquidadas em parcelas mensais, com o vencimento final em dezembro de 2021 e atualização pela variação de 150% a 155% do CDI;
- (7) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (8) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide Nota Explicativa nº 19);
- (9) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034, reajustado anualmente pelo IPCA;
- (12) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia e suas controladas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/03/2018			31/12/2017		
				Cemig GT 8,01%	Demais controladas 12,13% (1)	Total (consolidado) 20,14%	Cemig GT 26,85%	Demais controladas 8,32% (1)	Total (consolidado) 35,17%
ETAU	Debêntures Nota	108,00% do CDI	01/12/2019	820	1.242	2.062	2.706	838	3.544
LIGHT	Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	1.643	1.715	3.358	5.375	1.666	7.041
				<u>2.463</u>	<u>2.957</u>	<u>5.420</u>	<u>8.081</u>	<u>2.504</u>	<u>10.585</u>

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, no período de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	862	1.000
Participação nos Resultados	20	11
Benefícios Assistenciais	79	84
	<u>961</u>	<u>1.095</u>

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas se referem a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia, Adiantamentos a Fornecedores, Ativos Financeiros da Concessão, Valores a receber de partes relacionadas, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, Obrigações com concessões a pagar, Fornecedores, Adiantamento de Clientes, Dívida Pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Opções de Venda e Swaps, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do período ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas encontram-se classificados conforme abaixo:

- **Custo Amortizado:** encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Adiantamentos a Fornecedores, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão, Bonificação pela Outorga de Concessões de Geração e Valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização, similares aos valores justos.

- **Valor justo por meio do resultado:**
 1. Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$187.185 (R\$514.331 em 31 de dezembro de 2017). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.

 2. *Indenizações a Receber – Transmissão* – mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig;

3. *Indenizações a Receber – Geração*

- *Usinas operadas em regime de cotas* – mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão, e atualização pela SELIC a partir da publicação da Portaria nº 291, de 3 de agosto de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 04; e,
- *Usinas Miranda e São Simão* - mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme estimativas da Companhia, a serem atualizados após a homologação dos valores pela ANEEL;

4. *Instrumentos financeiros derivativos – operações de Swap* – reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

5. *Instrumentos financeiros derivativos - opções de venda* - mensuradas pelos valores justos mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM).

- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os empréstimos, financiamentos e debêntures, dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ), concessões a pagar, fornecedores e adiantamento de clientes. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

a) Instrumentos Financeiros – Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Companhia utiliza o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG. Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$316.050 (R\$311.593 em 31 de dezembro de 2017), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173	196.173
Ajuste a Valor Justo	46.936	46.936
Saldo em 31 de março de 2017	243.109	243.109
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593	311.593
Variação do valor justo	4.457	4.457
Saldo em 31 de março de 2018	316.050	316.050

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 5,66% a 9,66% ao ano e volatilidade entre 19% e 79% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$284.810 e R\$375.389, respectivamente.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 31 de março de 2018, no montante de R\$97.517, registrado no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 31/03/2018	Valor justo 31/03/2018	Valor Conforme contrato 31/12/2017	Valor justo 31/12/2017
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	De 03/2018 Até 12/2024	Balcão	US\$1.000.000	69.865	65.055	50.792	(32.462)

- 1) Para o valor do principal, a operação de Swap tem piso em R\$3,25 e teto em R\$5,00.
- 2) Em milhares de US\$.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual.

A controladora Cemig é garantidora dos instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2018. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (5)	142.624	398.639	116.675	364.092
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	199.636	535.622	79.448	408.925
Contas a Receber – Renova (nota 25)	358.789	350.200	358.789	350.200
Adiantamentos a Fornecedores	154.729	103.998	121.101	71.975
Geração – indenização a receber – SELIC (nota 11)	1.101.591	1.084.346	1.101.591	1.084.346
Fundos Vinculados	18.630	18.344	18.602	18.326
	1.975.999	2.491.149	1.796.206	2.297.864
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 17)	(3.635.333)	(3.745.699)	(3.639.756)	(3.748.634)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 17)	(1.572)	(2.359)	(1.572)	(2.359)
Adiantamento de Clientes CDI (nota 7)	(139.362)	(147.066)	(139.362)	(147.066)
	(3.776.267)	(3.895.124)	(3.780.690)	(3.898.059)
Passivo Líquido Exposto	(1.800.268)	(1.403.975)	(1.984.484)	(1.600.195)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2019, as taxas SELIC e TJLP serão de 6,25%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia e suas controladas, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais Consolidado	31/03/2018	31/03/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 6,25% TJLP 6,25%	Cenário Possível SELIC 7,81% TJLP 7,81%	Cenário Remoto SELIC 9,38% TJLP 9,38%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	142.624	151.538	153.763	156.002
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	199.636	212.113	215.228	218.362
Valores a receber de Partes Relacionadas – Renova – CDI (nota 25)	358.789	381.213	386.810	392.443
Adiantamento a Fornecedores	154.729	164.400	166.813	169.243
Geração – indenização a receber – SELIC (nota 11)	1.101.591	1.170.440	1.187.625	1.204.920
Fundos Vinculados	18.630	19.794	20.085	20.377
	1.975.999	2.099.498	2.130.324	2.161.347
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 17)	(3.635.333)	(3.862.541)	(3.919.253)	(3.976.327)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 17)	(1.572)	(1.670)	(1.695)	(1.719)
Adiantamento de Clientes (nota 7)	(139.362)	(148.072)	(150.246)	(152.434)
	(3.776.267)	(4.012.283)	(4.071.194)	(4.130.480)
Passivo Líquido Exposto	(1.800.268)	(1.912.785)	(1.940.870)	(1.969.133)
Efeito Líq.da Variação das Taxas de Juros		(112.517)	(140.602)	(168.865)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia e suas controladas não estão expostas ao risco de elevação da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 11)	2.357.819	2.337.135	-	-
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 11)	1.852.673	1.928.038	1.852.673	1.928.038
	4.210.492	4.265.173	1.852.673	1.928.038
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 17)	(1.155.776)	(1.343.545)	(1.155.776)	(1.343.545)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(159.516)	(163.049)	(159.516)	(163.049)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(86.891)	(64.109)	(86.891)	(64.109)
	(1.402.183)	(1.570.703)	(1.402.183)	(1.570.703)
Ativo Líquido	2.808.309	2.694.470	450.490	357.335

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2019, a taxa IPCA será de 4,32%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	31/03/2018	31/03/2019		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,32%	Cenário Possível IPCA 5,40%	Cenário Remoto IPCA 6,48%
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga – IPCA (nota 11)	2.357.819	2.459.677	2.485.141	2.510.606
Transmissão - Indenização a Receber – IPCA (nota 11)	1.852.673	1.932.708	1.952.717	1.972.726
	4.210.492	4.392.385	4.437.858	4.483.332
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 17)	(1.155.776)	(1.205.706)	(1.218.188)	(1.230.670)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(159.516)	(166.407)	(168.130)	(169.853)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ (nota 19)	(86.891)	(90.645)	(91.583)	(92.522)
	(1.402.183)	(1.462.758)	(1.477.901)	(1.493.045)
Ativo Líquido	2.808.309	2.929.627	2.959.957	2.990.287
Efeito Líquido da Variação da inflação		121.318	151.648	181.978

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	31/03/2018		31/12/2017	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.034.746	3.439.496	1.007.785	3.333.149
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	1.109	4.531	1.105	4.383
Passivo Líquido Exposto	1.035.855	3.444.027	1.008.890	3.337.532

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2019 será uma valorização de 5,23% para o dólar (R\$3,50) e uma redução de 1,32% para o Euro (R\$4,03). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	31/03/2018	31/03/2019		
	Valor Contábil	Cenário Dólar 3,50 Euro 4,03	Cenário Dólar 4,37 Euro 5,04	Cenário Dólar 5,25 Euro 6,05
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	3.439.496	3.619.542	4.524.427	5.429.313
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	4.531	4.471	5.589	6.707
Passivo Líquido Exposto	3.444.027	3.624.013	4.530.016	5.436.020
Efeito Líquido da Variação Cambial		179.986	1.085.989	1.991.993

Risco de Liquidez

A Cemig GT apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	32.047	216.711	2.205.615	5.256.694	5.099.426	12.810.493
Concessões a pagar	248	490	2.117	9.634	14.870	27.359
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	5.090	5.091	23.346	138.503	49.132	221.162
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	777	1.562	7.153	42.436	120.885	172.813
	38.162	223.854	2.238.231	5.447.267	5.284.313	13.231.827
Pré-fixadas						
Fornecedores	168.902	147.682	-	-	-	316.584
	207.064	371.536	2.238.231	5.447.267	5.284.313	13.548.411

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2018, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$21.756.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento semestral foram atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 17.

c) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Total do Passivo	11.139.962	11.916.796	11.082.185	11.784.433
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(150.188)	(403.339)	(123.136)	(366.169)
Passivo Líquido	10.989.774	11.513.457	10.959.049	11.418.264
Total do Patrimônio Líquido	5.041.110	4.793.832	5.041.110	4.793.832
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,18	2,40	2,17	2,38

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos financeiros e seus respectivos valores justos:

Consolidado	Saldo em 31/03/2018	Valor justo em 31 de março de 2018		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos Financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	142.624	-	142.624	-
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	12.451	-	12.451	-
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	961.529	-	961.529	-
Fundos Vinculados	18.630	-	18.630	-
Adiantamentos a Fornecedores	154.729	-	154.729	-
Valores a receber de partes relacionadas	360.043	-	360.043	-
Depósitos Vinculados a Litígios	313.870	-	313.870	-
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	546.672	-	-	546.672
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	2.357.819	-	-	2.357.819
	4.868.367	-	1.963.876	2.904.491
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	707	-	707	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	84.358	-	84.358	-
Letras Financeiras do Tesouro	98.877	98.877	-	-
Debêntures	3.243	-	3.243	-
	187.185	98.877	88.308	-
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)				
Indenizações a Receber – Transmissão	72.735	-	-	72.735
Indenizações a Receber – Geração	1.852.673	-	-	1.852.673
	1.918.002	-	-	1.918.002
	4.030.595	98.877	88.308	3.843.410
	8.898.962	98.877	2.052.184	6.747.901
Passivos Financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(8.135.163)	-	(8.135.163)	-
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	(159.516)	-	(159.516)	-
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ	(86.891)	-	(86.891)	-
Concessões a Pagar	(21.145)	-	-	(21.145)
Fornecedores	(316.584)	-	(316.584)	-
Adiantamento de Clientes	(139.362)	-	(139.362)	-
	(8.858.661)	-	(8.837.516)	(21.145)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	(7.680)	-	-	(7.680)
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	(316.050)	-	-	(316.050)
	(323.730)	-	-	(323.730)
	(9.182.391)	-	(8.837.516)	(344.875)

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Valor justo em 31 de dezembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos Financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	398.639	-	398.639	-
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	21.291	-	21.291	-
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	939.640	-	939.640	-
Fundos Vinculados	18.344	-	18.344	-
Adiantamentos a Fornecedores	103.998	-	103.998	-
Valores a receber de partes relacionadas	351.709	-	351.709	-
Depósitos Vinculados a Litígios	309.994	-	309.994	-
Ativos Financeiros da Concessão – Infraestrutura de Transmissão	547.800	-	-	547.800
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	2.337.135	-	-	2.337.135
	5.028.550	-	2.143.615	2.884.935
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.214	-	1.214	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	142.881	-	142.881	-
Letras Financeiras do Tesouro	364.561	364.561	-	-
Debêntures	5.675	-	5.675	-
	514.331	364.561	149.770	-
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	8.649	-	-	72.735
Indenizações a Receber – Transmissão	1.928.038	-	-	1.852.673
Indenizações a Receber – Geração	1.900.757	-	-	1.918.002
	4.866.106	364.561	155.445	3.843.410
	9.894.656	364.561	2.299.060	6.728.345
Passivos Financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(8.320.163)	-	(8.320.163)	-
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	(163.049)	-	(163.049)	-
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão - FORLUZ	(64.109)	-	(64.109)	-
Concessões a Pagar	(21.227)	-	-	(21.227)
Fornecedores	(472.043)	-	(472.043)	-
Adiantamento de Clientes	(190.758)	-	(190.758)	-
	(9.231.349)	-	(9.210.122)	(21.227)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	(41.111)	-	-	(7.680)
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	(311.593)	-	-	(316.050)
	(352.704)	-	-	(323.730)
	(9.584.053)	-	(9.210.122)	(344.957)

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig;

Indenizações a Receber – Geração:

- Usinas operadas em regime de cotas – mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão, e atualização pela SELIC a partir da publicação da Portaria nº 291, de 3 de agosto de 2017. Mais detalhes na nota explicativa nº 04; e,
- Usinas Miranda e São Simão - mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme estimativas da Companhia, a serem atualizados após a homologação dos valores pela ANEEL;

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia refrem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de *swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM).

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 148,10% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,20% a 8,07%, CDI + 1,60% a 5,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

28. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017 estão apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de março de 2018		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.519.189	2.661.883	16.181.072
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.760.661	-	4.760.661
ADIÇÕES AO SEGMENTO	87.265	-	87.265
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	1.063	1.063
RECEITA LÍQUIDA	1.423.212	139.272	1.562.484
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(795.414)	-	(795.414)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(69.642)	-	(69.642)
	(865.056)	-	(865.056)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(54.360)	(25.179)	(79.539)
Participação dos Empregados no Resultado	(2.936)	(1.654)	(4.590)
Obrigações Pós Emprego (recuperação de despesas)	(11.634)	(6.229)	(17.863)
Materiais	(1.495)	(554)	(2.049)
Serviços de Terceiros	(20.044)	(6.874)	(26.918)
Depreciação e Amortização	(36.549)	-	(36.549)
Provisões	(7.970)	(1.029)	(8.999)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(1.063)	(1.063)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(9.922)	(2.864)	(12.786)
	(144.910)	(45.446)	(190.356)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.009.966)	(45.446)	(1.055.412)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(31.230)	-	(31.230)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	382.016	93.826	475.842
Receitas Financeiras	124.433	8.211	132.644
Despesas Financeiras	(236.533)	(1.170)	(237.703)
Resultado antes do IR e CSLL	269.916	100.867	370.783
Imposto de Renda e Contribuição Social	(92.517)	(30.988)	(123.505)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	177.399	69.879	247.278

DESCRIÇÃO	31 de março de 2017		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.742.168	2.696.726	16.438.894
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.380.762	-	5.380.762
ADIÇÕES AO SEGMENTO	165.727	-	165.727
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	2.920	2.920
RECEITA LÍQUIDA	1.527.647	146.636	1.674.283
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(734.282)	-	(734.282)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(81.849)	(87)	(81.936)
	(816.131)	(87)	(816.218)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(66.685)	(24.660)	(91.345)
Participação dos Empregados no Resultado	(3.025)	(1.412)	(4.437)
Obrigações Pós Emprego	(14.124)	(5.941)	(20.065)
Materiais	(1.976)	(546)	(2.522)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(39)	-	(39)
Serviços de Terceiros	(21.830)	(4.871)	(26.701)
Depreciação e Amortização	(41.174)	-	(41.174)
Provisões	(53.784)	(1.783)	(55.567)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(2.920)	(2.920)
Outros Custos e Despesas Operacionais	(17.285)	(2.253)	(19.538)
	(219.922)	(44.386)	(264.308)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.036.053)	(44.473)	(1.080.526)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(25.224)	-	(25.224)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	466.370	102.163	568.533
Receitas Financeiras	42.803	1.775	44.578
Despesas Financeiras	(339.225)	(667)	(339.892)
Resultado antes do IR e CSLL	169.948	103.271	273.219
Imposto de Renda e Contribuição Social	(57.699)	(30.530)	(88.229)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	112.249	72.741	184.990

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Antecipação de pagamento por entrega futura de energia elétrica

Em abril e maio de 2018, foram antecipados pela Cemig GT à controlada em conjunto Renova R\$54.200, relativo às faturas de energia com vencimento entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019. Essas antecipações são ajustadas a valor presente a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

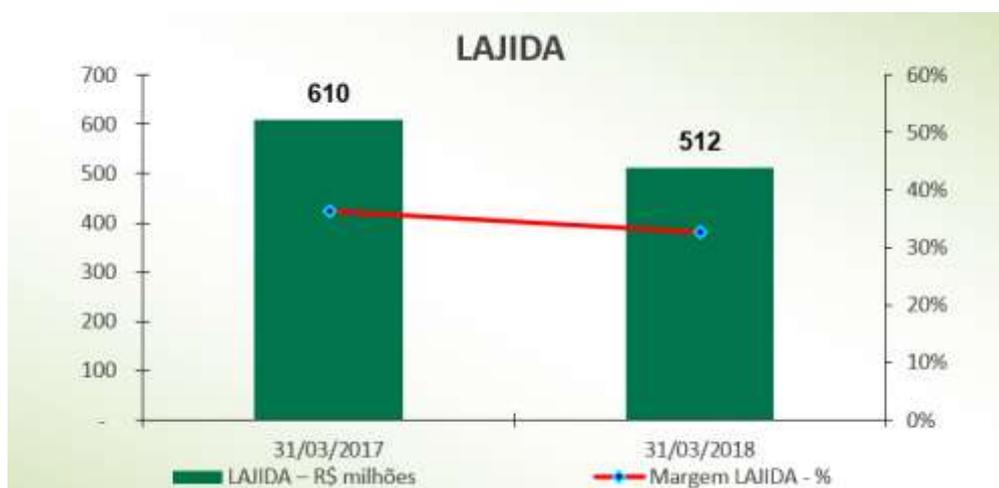
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2018, um lucro líquido de R\$247.278 em comparação ao lucro líquido de R\$184.990 no mesmo período de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Informações contábeis intermediárias.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou uma redução de 15,96% no primeiro trimestre de 2018 em comparação com mesmo período de 2017, conforme segue :

LAJIDA - R\$ milhões	31/03/2018	31/03/2017	Var %
Lucro líquido do período	247.278	184.990	33,67
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	123.505	88.229	39,98
+ Resultado Financeiro Líquido	105.059	295.314	(64,42)
+ Amortização e Depreciação	36.549	41.174	(11,23)
= LAJIDA	512.391	609.707	(15,96)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA no primeiro trimestre de 2018 apresentou uma redução de 15,96% em comparação ao mesmo período de 2017 em função, principalmente, da redução de 6,68% nas receitas operacionais em comparação a menor redução nas despesas operacionais, de 1,97%. A margem do LAJIDA passou de 36,42% no primeiro trimestre de 2017 para 32,79% no primeiro trimestre de 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	31/03/2018			31/03/2017		
	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	3.263.105	763.656	234,03	3.434.077	790.168	230,10
Comercial	684.255	167.808	245,24	495.186	123.664	249,73
Subtotal	3.947.360	931.464	235,97	3.929.263	913.832	232,57
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(45.486)	-	-	16.237	-
	3.947.360	885.978	224,49	3.929.263	930.069	-
Suprim. Outras Concessionárias	2.620.870	679.263	259,17	2.911.274	715.827	245,88
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(34.766)	-	-	(75.506)	-
	6.568.230	1.530.475	-	6.840.537	1.570.390	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.530.475 no primeiro trimestre de 2018 em comparação a R\$1.570.390 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 2,54% decorrente, principalmente, da redução de 3,98% na quantidade de energia comercializada e compensado parcialmente pelo aumento de 1,46% e 5,41% do preço médio do MWh faturado para consumidores finais e suprimentos a outras concessionárias, respectivamente.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$143.546 no primeiro trimestre de 2018 comparado a R\$127.060 no mesmo período de 2017, representando crescimento de 12,97%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2017, os reajustes foram de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com transações com energia na CCEE

- A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$121.734 no primeiro trimestre de 2018 comparados a R\$220.013 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 44,67%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018, apesar do aumento de 32,56% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$201,06/MWh no 1º trimestre de 2018 e R\$151,67/MWh no mesmo período de 2017);

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$49.841 no primeiro trimestre de 2018, comparados a R\$65.830 no mesmo período de 2017.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Receita de Indenização da Geração

No primeiro trimestre de 2018, a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$17.245 referente ao ajuste do saldo não amortizado referente aos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, a ser indenizado conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas Informações contábeis intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$396.514 no primeiro trimestre de 2018 comparados a R\$401.629 no mesmo período de 2017, apresentando uma redução de 1,27%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.055.412 no primeiro trimestre de 2018 em comparação com R\$1.080.526 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 2,32%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Informações contábeis intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$795.414 no primeiro trimestre de 2018 comparados a R\$734.282 no mesmo período de 2017, representando um aumento de 8,33%. Esta variação decorre do aumento de 19,93% no volume de energia comprada no primeiro trimestre de 2018 (5.305.723 MWh) comparado ao mesmo período de 2017 (4.423.976 MWh), parcialmente compensado pela redução de 9,37% no preço médio do MWh (R\$149,92 no primeiro trimestre de 2018 e R\$165,42 no mesmo período de 2017).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$79.539 no primeiro trimestre de 2018 comparados a R\$91.345 no mesmo período de 2017, representando uma redução de 12,92%. Apesar do reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de acordo coletivo, a variação negativa decorre, principalmente, da redução de 15,77% no número médio de empregados, sendo 1.335 no primeiro trimestre de 2018 em comparação a 1.585 no primeiro trimestre de 2017.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 63,60%, sendo R\$1.063 no primeiro trimestre de 2018 em comparação a R\$2.920 no mesmo período de 2017. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$17.863 no primeiro trimestre de 2018 em comparação a uma despesa de R\$20.065 no mesmo período de 2017, uma redução de 10,97%.

Esta variação decorre principalmente da redução no valor total das obrigações com seguro de vida no 4º trimestre de 2017 em função de alterações no capital segurado, com o conseqüente efeito nas despesas reconhecidas a partir do 1º trimestre de 2018. Mais detalhes ver nota explicativa nº 19 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$8.999 no primeiro trimestre de 2018 comparados a R\$55.567 no mesmo período de 2017, redução de 83,81%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, no primeiro trimestre

de 2018, representou um montante de R\$4.457 em comparação ao valor de R\$46.936 no mesmo período de 2017.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$31.230 no período de janeiro a março de 2018 na comparação ao prejuízo de R\$25.224 no mesmo período de 2017. As perdas referem-se principalmente as participações na Renova e Santo Antônio Energia.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 12.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$105.059 no primeiro trimestre de 2018 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$295.314 no mesmo período de 2017, uma redução de 64,42%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$10.397 no primeiro trimestre de 2018 comparado a R\$22.707 no mesmo período de 2017, redução de 54,21%. Esta variação decorre, principalmente, da menor variação do CDI (1,59% no primeiro trimestre de 2018 e 2,98% no primeiro trimestre de 2017), principal indexador de remuneração das aplicações;
- Ganhos com instrumentos financeiros no valor de R\$97.517 no 1º trimestre de 2018 em função de ajuste a valor justo de operação de swap relacionado a captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds) no 4º trimestre de 2017 (maiores informações na nota explicativa nº 26);
- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$189.263 no primeiro trimestre de 2018, comparado a R\$288.466 no mesmo período de 2017, um redução de 34,39%, decorrente, principalmente, da menor variação do CDI em 2018, principal indexador da dívida, conforme já demonstrado em tópico anterior;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2018, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$123.505 em relação ao resultado de R\$370.783 antes dos efeitos fiscais, representando 33,31% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$88.229 em relação ao Resultado de R\$273.919 antes dos efeitos fiscais, representando 32,29% de alíquota efetiva. Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9c das Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor-Presidente

**Bernardo Afonso Salomão
de Alvarenga**
Diretor Vice-Presidente,
interina e cumulativamente

**Maurício Fernandes
Leonardo Júnior**
Diretor de Finanças e
Relações com Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

Daniel Faria Costa
Diretor de
Desenvolvimento de
Negócios

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais
e Comunicação

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria sem denominação
específica

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

**Maura Galuppo Botelho
Martins**
Diretora de Relações e
Recursos Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 12 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui investimentos direto e indireto na Madeira Energia S.A. e na Renova Energia S.A., bem como investimento indireto na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas “investidas não controladas”), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 12 às informações contábeis intermediárias, a investida não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de março de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Excesso de reservas de lucros em relação ao capital social

Em 31 de março de 2018 o saldo das reservas de lucros excede o capital social. De acordo com o artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), nesta situação a Assembleia dos Acionistas deve propor a aplicação do montante excedente como aumento de capital ou distribuição de dividendos. Conforme demonstrado na nota explicativa 21, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária a proposta de aumento do capital para R\$ 2.600.000 mil para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao referido artigo da Lei das Sociedades Anônimas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão em 15 de maio de 2017, com conclusão sem modificação sobre essas informações contábeis intermediárias, e contendo ênfases relacionadas à incerteza da renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda e aos assuntos descritos anteriormente, com exceção do Excesso de reservas de lucros em relação ao capital social.

Belo Horizonte (MG), 15 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0